A trajetória da área "Brasil República" na história da ABPHE (1993-2015)

Pedro Paulo Zahluth Bastos[1]

Guilherme Grandi[2]

Alexandre Macchione Saes[3]

Ao longo desses quase vinte e cinco anos de história da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), os estudos de história econômica dedicados ao período "Brasil República" ocuparam um espaço representativo tanto nos eventos organizados pela ABPHE[4], como nos números de sua revista, a *História Econômica & História de Empresas* (HE&HE). Tradicionalmente é uma das áreas que mais recebe trabalhos para avaliação nos eventos organizados pela ABPHE, tendo como resultado um número expressivo de sessões voltadas aos mais variados temas de "Brasil República" nos Congressos Brasileiros de História Econômica e nos Encontros de Pós-Graduação, assim como em submissões de artigos para a revista da Associação.

A área de Brasil República, todavia, não teve sua trajetória marcada somente pela expressiva quantidade de trabalhos apresentados aos eventos. No que diz respeito aos avanços científicos ocorridos nesses 25 anos de história da ABPHE, é perceptível também o desenvolvimento do conhecimento dos mais variados assuntos voltados à temática. Tal desenvolvimento se deu tanto por meio de novos campos de pesquisa que emergiram nos últimos anos quanto pelas pesquisas que procuraram aprofundar temas clássicos mediante a utilização de novas fontes de pesquisa e perspectivas teóricas.

Ao longo desse um quarto de século de história da ABPHE, notamos que os trabalhos voltados à área de Brasil República versaram sobre diversos temas, tais como: as relações de trabalho, as transformações das atividades no campo, o processo de industrialização, o desenvolvimento ferroviário, bancário e de serviços públicos, as dinâmicas regionais de acumulação – sendo que algumas dessas dinâmicas até então eram pouco conhecidas e estudadas – e, finalmente, o debate acerca dos aspectos da

---

[1] Professor do Instituto de Economia da Unicamp e Presidente da ABPHE entre 2009 e 2011.

[2] Professor da FEA/USP e 1º Secretário da ABPHE entre 2015 e 2017.

[3] Professor da FEA/USP e Presidente da ABPHE entre 2015 e 2017.

[4] A submissão dos trabalhos nos Congressos da ABPHE é feita entre seis áreas temáticas, consagradas a partir do Congresso de Curitiba em 1999. O primeiro congresso, realizado em São Paulo no ano de 1993, os autores foram convidados para o evento, enquanto em Niterói, em 1996, a divisão temática seguiu outra denominação. No artigo denominamos "Brasil República" a área temática, que trata de todo o período republicano, inclusive de temas contemporâneos (por exemplo, foram divididos na publicação da coletânea de textos do Congresso de São Paulo entre História Econômica da Primeira República e História Econômica do Brasil Contemporâneo).

política econômica brasileira e, portanto, dos projetos de desenvolvimento econômico, de industrialização, entre outros.

Conforme a Tabela 1, em média os artigos enquadrados na área de Brasil República representaram aproximadamente um quarto de todos os artigos dos congressos brasileiros da ABPHE. Vale dizer que o enquadramento aqui adotado para os artigos apresentados nos congressos brasileiros de história econômica entre as seis áreas não foi tarefa trivial. Alguns *Anais* dos congressos apresentaram as sessões temáticas já devidamente divididas entre as áreas; nesses casos, nos valemos da distribuição do próprio congresso e de suas comissões científicas. Entretanto, em alguns congressos, os artigos foram divididos por temas, reunindo, por exemplos, trabalhos sobre a questão agrária tanto do período colonial, quanto do imperial e do republicano. Nesses casos, a separação foi realizada levando-se em conta os títulos e os resumos de cada artigo apresentado nos congressos. Convém mencionarmos que há naturalmente uma significativa sobreposição de assuntos para o caso de alguns artigos que poderiam ser considerados como de Brasil República. Para não sobrestimar a área, consideramos artigos que tratam especificamente da trajetória de companhias, como história de empresas; artigos voltados para a análise de intelectuais e/ou de personalidades, como de história do pensamento econômico; e, por fim, artigos que levam em conta também experiências de outros países, como de história econômica geral.

Tabela 1. Trabalhos da área de Brasil República apresentados nos congressos brasileiros de histórica econômica, 1993-2015.

Evento	Total de trabalhos	Área de Brasil República	% de BR/total
I Congresso Brasileiro – São Paulo, 1993	93	37	40*
II Congresso Brasileiro – Niterói, 1996	96	38	40*
III Congresso Brasileiro – Curitiba, 1999	143	49	34
IV Congresso Brasileiro – São Paulo, 2001	121	20	17
V Congresso Brasileiro – Caxambu, 2003	113	20	18
VI Congresso Brasileiro – Conservatória, 2005	117	19	16
VII Congresso Brasileiro – Aracajú, 2007	109	22	20
VIII Congresso Brasileiro – Campinas, 2009	170	36	21
IX Congresso Brasileiro – Curitiba, 2011	147	37	25
X Congresso Brasileiro – Juiz de Fora, 2013	134	38	28
XI Congresso Brasileiro – Vitória, 2015	121	39	32
Totais gerais	**1.364**	**355**	**26**

* Nos eventos de São Paulo (1993) e Niterói (1996) os trabalhos de história econômica geral e de história de empresas estiveram distribuídos como trabalhos de Brasil República, o que explica a elevada percentagem.

Considerando o período que vai da Proclamação da República aos dias atuais, "Brasil República" é, indubitavelmente, uma área que tende a crescer conforme o passar dos anos, incorporando os acontecimentos mais recentes como novas temáticas de estudo. Se ainda eram poucos os trabalhos de historiadores econômicos dedicados a temas do período da ditadura militar (1964-1985) ou dos anos pós-democratização no momento de formação da ABPHE, tais temas, passado o período de uma geração, tornaram-se não somente mais presentes, mas também muito valorizados entre os pesquisadores da área. Isso não significa, contudo, que os eventos promovidos pela Associação não se preocuparam com as grandes questões conjunturais. Pelo contrário. Se entre os artigos apresentados nas sessões temáticas, a preocupação recaiu sobre temas mais "clássicos de estudo", muitos deles como resultados parciais de pesquisas de teses e dissertações, as conferências e mesas-redondas dos Congressos Brasileiros cumpriram, por outro lado, um papel central não somente em estimular o debate do estado da arte sobre pesquisas de temas clássicos, mas também em discutir os problemas do presente.

Sem sermos exaustivos, vale indicarmos apenas alguns exemplos. O tema do processo de globalização, que foi alvo de intenso debate durante os anos noventa, acabou sendo temática explorada entre os congressos na virada do milênio; esteve presente na conferência de abertura do III Congresso Brasileiro de História Econômica, realizado em Curitiba no ano de 1999, proferida por Eulália Lobo com o título "Globalização e a questão social no Brasil", assim como na mesa-redonda "Impacto da Globalização na América Latina" no IV Congresso Brasileiro, realizado em São Paulo em 2001, com a participação de Fernando Pedrão, Ricardo Bielschowsky e Wilson Cano. Temáticas relacionadas às transformações da economia mundial nas décadas finais do século XX e aos impactos da globalização na periferia, também estiveram presentes em Congressos. No ano de 2001, em São Paulo, Carlos Marichal, Marcelo de Paiva Abreu e Maria Teresa Ribeiro de Oliveira deram suas contribuições em torno do tema "Crise da Dívida Externa" no IV Congresso Brasileiro de História Econômica. Anos mais tarde, no VI Congresso, realizado em Conservatória-RJ em 2005, a mesa-redonda "Hegemonia americana no século XXI" contou com as participações de Eder Andrade de Paula, Carlos Pinkusfeld e Aloísio Teixeira.

Já nos últimos eventos da ABPHE, o tema que mais se sobressaiu foi o da análise da crise de 2008. No X Congresso, sediado em Juiz de Fora-MG no ano de 2013, foi realizada a conferência "A Grande Depressão de 1929 e a Crise Financeira

Mundial de 2008: uma Comparação" pelo professor Luiz Carlos Delorme Prado (UFRJ). E, em Vitória-ES, no XI Congresso de 2015, a problemática foi recuperada com a apresentação de Paulo Nakatani, na Conferência "A crise econômica atual em perspectiva histórica".

No que diz respeito às sessões ordinárias, certos temas contemporâneos foram também muito debatidos, especialmente em alguns congressos. Durante a realização do III Congresso Brasileiro em Curitiba, no ano de 1999, o Brasil vivia os meses seguintes à nova política cambial implementada por Armínio Fraga, após a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Em novembro de 1998, o governo recorrera ao FMI para obter recursos, em contrapartida do compromisso com metas de superávit fiscal primário pelos três anos seguintes. A despeito disto, a moeda brasileira sofreu grande desvalorização e o câmbio passava a oscilar em janeiro de 1999. Em junho, a instituição do regime de metas de inflação formou o chamado tripé de política macroeconômica em conjunto com o câmbio flutuante e as metas de superávit primário. Tal mudança não passou despercebida pelos participantes do evento que apresentaram contribuições a respeito da mudança do regime cambial e o tripé macroeconômico, assim como do neoliberalismo como fenômeno mais amplo.

Mas vale reforçarmos que, independentemente dos debates acerca de temas contemporâneos, vivenciados e debatidos no calor do momento, ou de temas mais tradicionais, o objeto de pesquisa dos historiadores econômicos não se dissociou das questões e preocupações com a realidade nacional. Nesse sentido, vale transcrevermos um trecho da apresentação feita por Tamás Szmrecsányi e Wilson Suzigan (2002, p. vii-viii) para a coletânea *História Econômica do Brasil Contemporâneo:*

> [...] todos os diagnósticos e projeções, todas as escolhas e tomadas de decisão devem ter como ponto de partida um retrospecto histórico das questões em pauta, as quais só podem ser corretamente equacionadas na medida em que se tiver clareza sobre os interesses em jogo e sobre as forças e os grupos sociais que estão por de trás deles. Se há um objetivo ao qual essas considerações acima se aplicam em cheio, este certamente é o da economia – em que não há teoria sem história, nem história sem teoria.[5]

[5] Um outro tema de pesquisa possível, que não pudemos explorar aqui, é quanto os problemas do presente, como o aguçamento da dependência e vulnerabilidade externa, o ataque aos direitos trabalhistas ou a maior fragmentação do mercado interno trazida pela globalização influenciaram, conscientemente ou não, a própria escolha do objeto das análises históricas. Como se sabe, o tema foi tratado com profundidade por Josep Fontana (1982). A alusão ao tema serve como sugestão a novos pesquisadores que queiram se debruçar sobre a produção acadêmica veiculada na ABPHE.

A seguir enfatizaremos a análise dos artigos apresentados nos Congressos Brasileiros de História Econômica, tentando indicar o caminho percorrido pelas pesquisas da área de Brasil República nesses últimos 25 anos. Depois de uma breve apresentação da tendência de distribuição desses artigos das sessões ordinárias por temas e subperíodos de análise, aprofundaremos nossa análise entre os dois períodos que concentraram a maior quantidade de trabalhos, daqueles voltados para a análise da Primeira República (1889-1930) e para o Período de 1930 a 1964.

Brasil República como área de pesquisa[6]

Nossa análise dos artigos apresentados nos Congressos Brasileiros de História Econômica levou em conta a classificação destes entre cinco períodos e entre sete temas de pesquisa, conforme é possível acompanhar abaixo nos gráficos 1 e 2 (o Anexo I apresenta os dados referentes à revista *História Econômica & História de Empresas*).

Dentre todos os eventos nacionais da ABPHE, o I Congresso Brasileiro de História Econômica, organizado na FEA/USP, teve um caráter particular. Foi nesse evento que a associação foi formada e, por isso mesmo, a constituição de suas sessões ordinárias não ocorreu por meio de chamada de trabalhos, como ocorreria a partir do evento de Niterói em 1996. Assim, todas as sessões foram constituídas por meio de convite do comitê organizador, permitindo que o congresso fosse formado já por profissionais e pesquisadores experientes, cujos artigos, em grande parte, representavam sínteses das pesquisas defendidas em Programas de Pós-graduação e em grande parte escritos entre as décadas de 1970 e 1980. Segundo os próprios organizadores do livro que reúne os artigos apresentados no I Congresso Brasileiro:

> A escolha dos temas das sessões foi orientada basicamente pela preocupação de incluir, de modo abrangente e preciso, os vários assuntos ultimamente abordados pela historiografia econômica desse período recente da evolução do país (SILVA & SZMRECSÁNYI, 2002, p. vii).

[6] A discussão presente nas próximas três partes do capítulo ilustra a trajetória da área de Brasil República por meio tanto de trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiros de História Econômica, como artigos publicados na revista *História Econômica & História de Empresas*. Tratando-se de uma das áreas temáticas com maior representatividade na ABPHE, seria impossível arrolar e discutir todos os trabalhos que fizeram parte dos vinte e cinco anos da associação. Assim, mencionamos ao longo do texto apenas alguns casos ilustrativos de trabalhos elaborados por aqueles sócios que têm participado mais assiduamente das atividades da ABPHE. Os artigos publicados na revista *História Econômica & História de Empresas* e discutidos no capítulo foram citados nas referências bibliográficas; os textos dos congressos são indicados nas notas, com as seguintes informações: autor, título, cidade e ano do evento.

Nesse sentido, o evento proporcionou a formação de mesas, em alguns casos, com trabalhos já consagrados, como as mesas: "Nacionalismo e política econômica", que contou com as análises de Pedro Cezar Dutra Fonseca, Maria Antonieta Leopoldi e Francisco Corsi[7]; "Industrialização e desenvolvimento", com Célio Campolina Diniz, Edgar Carone, Fausto Saretta e Sonia Draibe[8]; "Mundo do Trabalho", com Ana Lucia Lanna, Eulália Lobo, Maria Alice Rosa Ribeiro e Maria Lucia Gitahy[9]; "A questão da Terra", onde participaram Lígia Osório, Manuel Correa de Andrade e Sonia Regina de Mendonça[10]; e, "O processo de industrialização", na qual Flávio Versiani, Wilson Suzigan e Tamás Szmrecsányi, Maria Teresa Ribeiro de Oliveira e Hildete Mello debateram suas pesquisas.[11]

Nos Congressos Brasileiros subsequentes, a estrutura de submissão e constituição das sessões ordinárias seguiu um padrão relativamente semelhante. Com as áreas temáticas consagradas a partir de 1999, os trabalhos passaram a ser avaliados por uma comissão científica específica de Brasil República.[12]

No que diz respeito à divisão cronológica, os artigos foram analisados em cinco grandes períodos, cujos marcos são importantes momentos de ruptura da história econômica e política do Brasil. O primeiro período é aquele dedicado à chamada Primeira República (1889-1930), caracterizada também como República Velha ou Oligárquica, em que o federalismo do período abria espaço considerável para o jogo político regional, a despeito de certa concentração econômica na região sudeste. , A centralidade das rendas geradas pela economia agrário-exportadora e, em especial, pela

---

[7] Francisco Corsi. *Nacionalismo e política econômica no Estado Novo*; Maria Antonieta Leopoldi. *Industriais, nacionalismo e política econômica no pós-1930*; Pedro Cezar Dutra Fonseca. *Nacionalismo e segundo governo Vargas.*

[8] Célio Campolina Diniz. *A industrialização mineira no pós-1930*; Edgar Carone. *Indústria e planejamento*; Sonia Draibe. *Estado e industrialização no Brasil, 1930-1956*; Fausto Saretta. *O governo Dutra na transição capitalista do Brasil.*

[9] Ana Lucia Lanna. *Santos: transformações urbanas e mercado de trabalho livre, 1870-1914*; Eulália Lobo. *A imigração portuguesa e a mão de obra do Rio de Janeiro*; Maria Alice Rosa Ribeiro. *O mercado de trabalho na cidade de São Paulo nos anos 1920*. Maria Lucia Gitahy. *Trabalhadores do porto. Movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914.*

[10] Lígia Osório. *Características do processo de apropriação territorial na Primeira República*; Manuel Correia de Andrade. *A questão da terra na Primeira República*; Sonia Regina de Mendonça. *Grande Propriedade e grandes proprietários: velhas questões, novas abordagens.*

[11] Flávio Versiani. *A oferta de mão de obra no início da industrialização brasileira*; Wilson Suzigan e Tamás Szmercsányi. *O papel dos investimentos estrangeiros no início da industrialização do Brasil*; Hildete Pereira de Melo. *O café e a economia do Rio de Janeiro*; Maria Teresa Ribeiro de Oliveira. *O surgimento da indústria têxtil mineira no século XIX.*

[12] Uma vez selecionados pela comissão, os trabalhos eram e são alocados em sessões com temas afins. Com a divisão em áreas temáticas, a ideia dos fundadores da ABPHE era estimular que pesquisadores de diferentes instituições interagissem nos congressos sem a necessidade de coordenação prévia, além de facilitar a participação, na associação, de novos pesquisadores que ainda não se integrassem a grupos de pesquisa já constituídos.

expansão da cafeicultura em São Paulo, acabou por definir a trajetória daquela sociedade de maneira subordinada aos negócios do café, mas permitindo uma importante diversificação dos negócios, como em serviços públicos, estradas de ferro e bancos, além de alguns outros ramos industriais representativos, a exemplo dos têxteis e do setor produtor de alimentos. O ritmo de diversificação econômica foi muito menor nas demais regiões, mas nada desprezível.

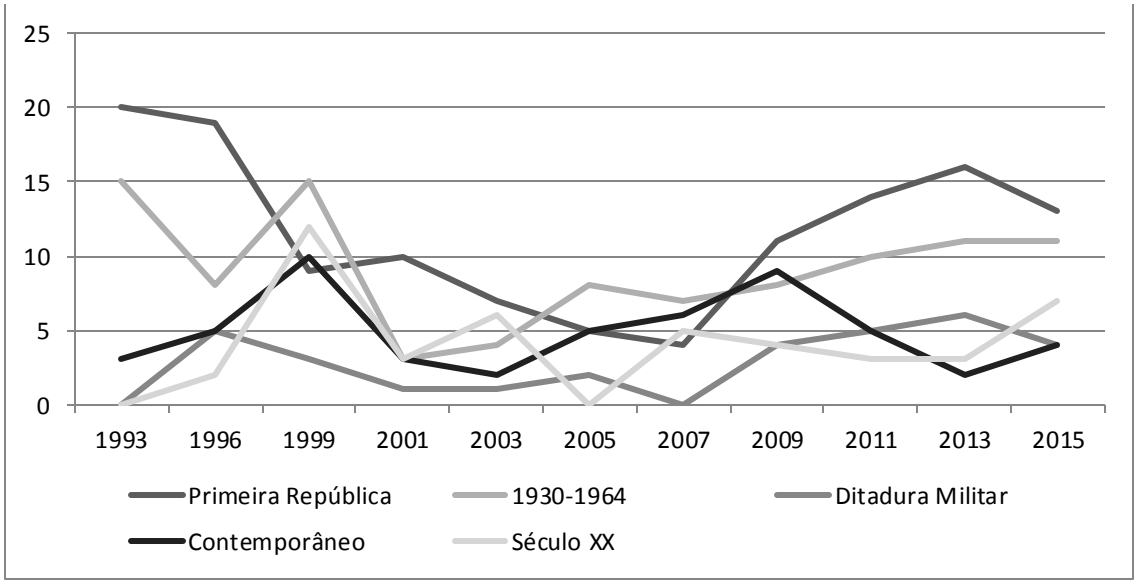
O segundo período (1930-1964) caracteriza-se pela ruptura econômica representada pela Grande Depressão, que para a economia brasileira geraria constrangimentos imediatos, tendo como marco final o golpe militar de 1964. Nasce, a partir de então, uma nova fase da economia brasileira, da qual se aproveitariam as potencialidades do seu mercado interno – agora protegido pela conjuntura internacional – e se construiria a trajetória da industrialização pela substituição de importações. Foi a era do "desenvolvimentismo" e das experiências das políticas de industrialização, cujos marcos políticos são os quinze anos de governo de Getúlio Vargas e os dos quase vinte anos seguintes do período democrático, de ascensão do populismo, até a emergência da ditadura militar, instaurada por meio do Golpe de 1964. Ainda que politicamente tenham características bastante distintas, os temas de pesquisa voltados aos dois momentos parecem bastante afinados, com a preocupação comum dos pesquisadores em compreender, fundamentalmente, os projetos de desenvolvimento e a política econômica de cada governo.

O terceiro e o quarto períodos tratados pelos trabalhos da área aqui em foco são aqueles voltados para a análise do governo militar (1964-1985) e aqueles dedicados ao estudo de temas contemporâneos (1985-2015). Nesses dois casos, conforme os dados abaixo deixam entrever, há uma ligeira ampliação desses trabalhos nos últimos anos: no caso do período militar, com a exceção do Congresso de Niterói, de 1996, a concentração desses trabalhos se efetiva a partir dos anos 2009. Os estudos contemporâneos também estão mais concentrados a partir da segunda metade da década de 2000, embora o Congresso de Curitiba, de 1999, seja exceção: na oportunidade dedicou-se espaço significativo para avaliar a então mudança da política cambial brasileira, tendo como tema recorrente o impacto do neoliberalismo na economia brasileira.

Além disso, foi preciso considerarmos uma última categoria, no que diz respeito ao recorte temporal, para aqueles estudos de mais longo prazo que sobrepõem dois ou mais períodos. Para esses casos, demos a classificação de "século XX", isto é, trata-se

de artigos que avaliaram, por exemplo, a trajetória da indústria brasileira ao longo da primeira metade do século XX, ou de trabalhos que analisam a política econômica entre o período do desenvolvimentismo e do governo militar, ou ainda aqueles que discorrem sobre a dinâmica de um determinado estado federativo durante o século XX.

Gráfico 1. Períodos de estudo dos artigos de Brasil República



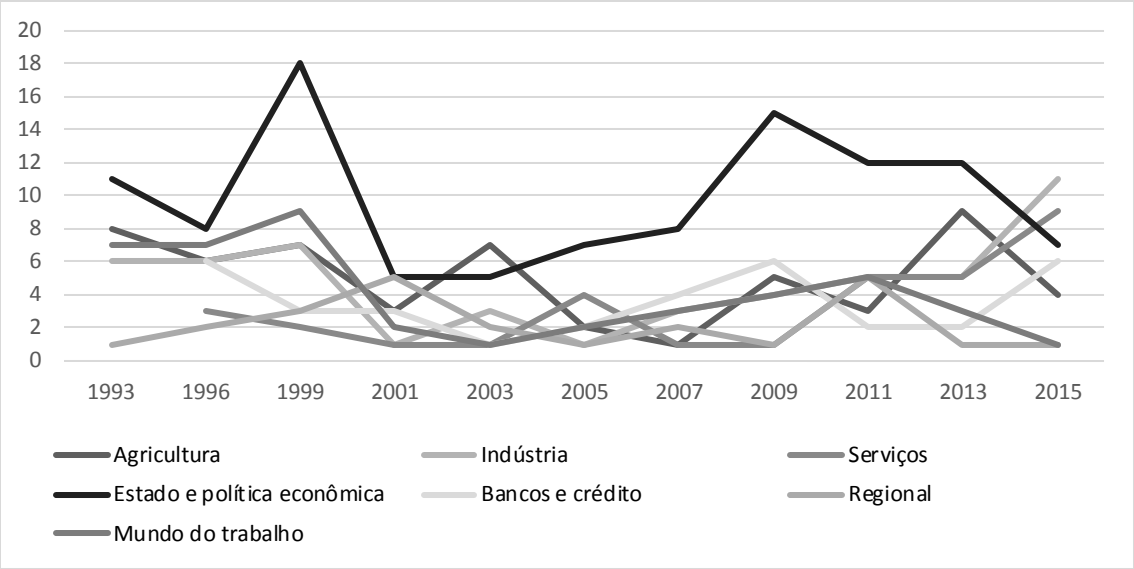
Fonte: Anais dos Congressos Brasileiros de História Econômica (ABPHE, 1993-2015)

Quando avaliamos a distribuição cronológica, o subperíodo da Primeira República foi aquele que mais recebeu contribuições, representando 36% dos artigos apresentados em todos os Congressos Brasileiros realizados entre 1993 e 2015. Esse subperíodo é seguido pelo dedicado aos anos 1930-1964, com 21% dos artigos e pelos subperíodos Contemporâneo e Século XX, com respectivamente 15% e 13% dos artigos.

Os artigos também foram classificados, como indicado anteriormente, considerando-se as temáticas abordadas. Destacamos: aspectos da estrutura produtiva, por meio de artigos que avaliam prioritariamente o papel da agricultura, da indústria ou dos serviços públicos; os estudos caracterizados como "mundo do trabalho" foram aqueles que trataram de diversos aspectos das relações de trabalho, do mercado de trabalho, ou mesmo da imigração; "Estado e política econômica", consideramos os artigos voltados à análise de governos, de políticas governamentais ou, especialmente, das disputas e formulações de políticas econômicas; finalmente, também demos destaque às pesquisas com caráter regional, cuja prioridade seria uma análise mais ampla, levando-se em conta o papel do governo, das atividades produtivas e da política

econômica para uma dada região, estado ou município. Novamente, é preciso ressaltar que em alguns casos a sobreposição de temas foi notada, mesmo que tenhamos buscado enquadrar os artigos por meio daqueles aspectos que consideramos preponderantes.

Gráfico 2. Temáticas abordadas nos artigos da área de Brasil República



Fonte: Anais dos Congressos Brasileiros de História Econômica (ABPHE, 1993-2015)

A propósito das temáticas abordada: "Estado e política econômica" é aquela mais representativa, abrangendo 30% dos artigos apresentados nos Congressos Brasileiros realizados entre 1993 e 2015. Em segundo lugar, estão os artigos dedicados aos temas "Agricultura" e "Indústria", ambos representando 15% do total, e "Mundo do Trabalho" e "Bancos e Crédito", 12% e 10%, respectivamente.

Vale frisarmos uma característica da distribuição dos artigos quando cruzamos os períodos de análise com as temáticas de pesquisa. Nos estudos voltados ao período de Primeira República, foi comum a presença de artigos que trataram de temas relacionados aos complexos econômicos regionais: constituição de empresas de serviços e de ferrovias e papel da agricultura na constituição das rendas locais. Por outro lado, quando voltamos nossas atenções para o período pós-1930 até o regime militar, as questões relacionadas ao papel do Estado e às formulações de política econômica tornaram-se muito mais presentes.

Como discutiremos mais detalhadamente a seguir, o perfil das pesquisas da área de Brasil República é resultante, em grande medida, da influência de trabalhos que constituem as primeiras tentativas de sínteses interpretativas da história econômica do

Brasil e que hoje são considerados estudos clássicos. Nesse sentido, as próximas duas seções se dedicam a apontar algumas das principais tendências de pesquisa observadas pela ABPHE a partir dos esforços de interpretação historiográfica dos pioneiros da área.

Primeira República: diversificação da economia agrário-exportadora

Ao levantarmos os artigos publicados nos *Anais* dos congressos da ABPHE, notamos a presença de temas e problemas, que foram, ao que tudo indica, herdados das reflexões dos historiadores econômicos brasileiros das primeiras gerações. Em grande medida, podemos dizer que o século XX foi palco de ao menos duas gerações de pesquisadores da área. A primeira é aquela constituída por pesquisadores que não se formaram nos programas de pós-graduação brasileiros (criados nos anos 1970), cujas obras eram redigidas ou fora dos bancos universitários ou sob a orientação dos professores catedráticos. Para Tamás Szmrecsányi, a aparição dessa primeira geração de historiadores econômicos está situada entre o final da década de 1920 e o final da década de 1950 (2004, p.12).[13]

A segunda geração, por outro lado, pode ser considerada aquela formada em grande medida dentro dos Programas de Pós-graduação, com espaço diminuto para contribuições de pesquisadores fora das universidades. Essa segunda geração avançaria em trabalhos mais monográficos, desenvolvidos entre as décadas de 1960 e 1980, que aprofundariam muitos dos temas levantados pelos trabalhos de sínteses das décadas precedentes.[14]

No que diz respeito aos trabalhos "fundadores" da história econômica brasileira, suas pesquisas podem ser inseridas dentro de um ambiente do pensar a formação

---

[13] O autor credita as balizas temporais a Alice Canabrava (1972), que sugere como marcos fundadores da disciplina no Brasil as obras de João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal econômico* (1928), de Roberto Simonsen, *História econômica do Brasil* (1937), de Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e de Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil* (1959). A esses trabalhos, Tamás inclui o trabalho da própria Alice Canabrava, *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*, tese defendida em 1942 e publicada dois anos mais tarde, que mesmo não sendo uma obra de síntese como as quatro anteriores foi um modelo de pesquisa ancorado por fontes primárias. Além deles, Nelson Werneck Sodré teve muita influência no período; a propósito, sua obra foi objeto de artigo de Flavio Saes (1999) publicado na revista *História Econômica e História de Empresas*, reconhecendo sua importância.

[14] Para Capelato et al. (1994), ao tecer considerações sobre a "escola uspiana de história", demarca a primeira geração de historiadores uspianos como o conjunto de doutorados defendidos entre 1951-1973, isto é, dentro do sistema do antigo regime da pós-graduação. No período da primeira geração foram defendidas 83 teses entre os historiadores, distribuídas desta maneira: História Antiga, 9 teses; História Medieval, 14 teses; História Moderna, 2 teses; História Contemporânea, 1 tese; História da América, 6 teses; História do Brasil Colonial, 24 teses; História do Brasil Império, 19 teses; História do Brasil República, 8 teses. O que fica evidente é que o tema de Brasil República ainda era pouco incentivado, tendo quase que exclusivamente Sérgio Buarque de Holanda como orientador para tal temática.

nacional.[15] Para compreender a peculiaridade histórica brasileira e pensar os caminhos de como superar os impasses do movimento de constituição da nação, tais obras buscaram refletir acerca das sobre as origens da formação nacional a partir do estudo sobre a colônia.[16] Nesse sentido, ainda que trabalhos como os de Caio Prado Jr. e Roberto Simonsen, por exemplo, possam projetar suas conclusões para os desafios contemporâneos, suas pesquisas não alcançaram o período republicano. *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr., dedica-se exclusivamente ao período colonial, ao passo que *História Econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen, tem como foco do seu último capítulo, "Autonomia econômica e soberania política", o período da Independência.[17]

Mesmo para os trabalhos de história econômica com perfis mais acadêmicos, monográficos e com ampla pesquisa primária, estes realizados especialmente por historiadoras dentro da Universidade de São Paulo, poucos foram aqueles que buscaram temas do período republicano. Alice Canabrava publicou três importantes obras, *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)* [1942], *A indústria do açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas do Mar das Antilhas, 1697-1755* [1946] *e O Desenvolvimento da Cultura de Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)* [1951]; entre as décadas de 1940 e 1950 outras quatro teses de história econômica seriam defendidas na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo: Olga Pantaleão defendeu *A Penetração Comercial da Inglaterra na América Espanhola, de 1713 a 1873* [1944], enquanto Mafalda Zemella defendeu *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII* [1951]; Myriam Ellis apresentou *O*

---

[15] Para além da tríade dos intérpretes do Brasil, conforme Antonio Cândido (1995, p.11), outros livros influentes publicados com o termo "Formação" no título no período, vale destacar: *Formação Política do Brasil*, de Paula Beiguelman, *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, *Formação da Literatura Brasileira*, de Antônio Cândido e, mesmo, *Formação do Patronato Político Brasileiro*, subtítulo de *Os donos do Poder*, de Raymundo Faoro. (ARANTES, 1997, p.11-12). Além deles, Nelson Werneck Sodré publicou *Formação da Sociedade Brasileira* em 1944 e *Formação Histórica do Brasil* em 1962.

[16] Flávio Saes, ao discutir o impacto dessas obras, em especial de Caio Prado Jr. e Celso Furtado, menciona: "foram referência fundamental para as pesquisas realizadas até a década de 1970, pois nelas havia uma preocupação comum: entender as raízes do atraso econômico e social do país – ou seja, do subdesenvolvimento brasileiro. Desse modo, a história era essencial não só para explicar o atraso, mas também para indicar formas de ação para superar o atraso" (SAES, 2013, p.4).

[17] Vale lembrar, entretanto, que o período republicano foi explorado pelos autores em trabalhos posteriores, como em *História Econômica do Brasil* (1945) de Caio Prado Jr. e *Evolução Industrial do Brasil* (1939), de Roberto Simonsen, mas já sem a densidade e o sentido de síntese interpretativa dos trabalhos anteriores. Segundo Tamás, o texto de Simonsen tratava-se de um memorando preparado para uma missão universitária norte-americana em visita ao País, não apresentando nenhuma referência bibliográfica; o livro de Caio Prado Jr., ainda que um sucesso editorial, não teve o caráter original de *Formação do Brasil Contemporâneo*, embora o seu mérito seja o de analisar detidamente o apogeu e a derrotada da economia primária exportadora (SZMRECSÁNYI, 2004, 18 e 24-5).

Monopólio do Sal no Estado do Brasil: contribuição ao Estudo do Monopólio Comercial Português no Brasil durante o período colonial e, finalmente, Nícia Villela Luz, caso particular na abordagem do tema, que alcançaria toda a Primeira República, defendeu sua livre-docência *A Luta pela Industrialização do Brasil, de 1808 a 1930* [1957] (SZMRECSÁNYI, 2004, p.31-2; RIBEIRO, 1999).

Entre os estudos que trataram de temas e questões pertinentes ao período republicano, devemos destacar aqueles que foram produzidos por economistas ou brazilianistas. *O problema do café* [1959], tese de Antonio Delfim Netto defendida na Faculdade de Economia da USP, problematiza em seus primeiros capítulos tanto a dinâmica da cultura do café como os limites da política de valorização do produto, promovendo uma detalhada pesquisa sobre a política econômica do período. E os trabalhos de Stanley Stein, *The Brazilian Cotton Manufacture: Textile Enterprise in an Underdeveloped Area, 1850-1950* e *Vassouras: A Brazilian Coffee County, 1850 – 1900,* ambos publicados em 1957, que sugeriram à época, respectivamente, novas evidências empíricas tanto para a formação da indústria têxtil brasileira, como para o ciclo da agricultura cafeeira no Vale do Paraíba.

Mas certamente foi o trabalho de Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil* [1959], que deixou marcas mais profundas nos trabalhos que seriam posteriormente desenvolvidos pelas gerações seguintes. Nas palavras de Szmrecsányi: "... nenhum desses autores teve a importância de Celso Furtado na historiografia econômica brasileira, nem os seus trabalhos chegaram a exercer a mesma influência catalisadora da Formação econômica do Brasil" (2004, p.32). Para além dos temas sobre as razões do modelo de colonização brasileira, da tese da decadência da economia mineira e da dinâmica da economia escravista, temas clássicos que estiveram presentes nas revisões dos trabalhos publicados entre historiadores e economistas nas décadas de 1970 e 1980, Celso Furtado lançou, no que diz respeito ao período de Primeira República, ao menos duas grandes questões que seriam investigadas pelas gerações seguintes: a primeira seria a "mais importante" mudança ocorrida no último quarto do século XIX, a introdução do trabalho assalariado em substituição ao trabalho escravo; a segunda, por sua vez, seria a noção das disputas de grupos políticos em torno da formulação da política econômica, cuja síntese desse processo foi cunhada pelo autor como a "socialização das perdas".

Para Furtado, o primeiro tema merece o devido destaque no sentido de permitir ao sistema econômico, outrora escravista, alternativas de se criar mecanismos de

multiplicação das atividades econômicas de modo mais independente do crescimento das exportações. Aqui Furtado raciocina, de início, mais como um economista do que como um historiador econômico: imagina o tipo-ideal de uma economia escravista "pura" em que a renda monetária tenderia a coincidir com as exportações, que por sua vez financiariam as importações. Neste caso, a canalização da renda monetária para o exterior bloquearia fortemente a diversificação de atividades internas, mas ao mesmo tempo limitaria os desequilíbrios externos em razão da hipótese de inexistência de multiplicador da renda monetária gerada pelas exportações.[18]

Com a introdução da massa de trabalhadores assalariados, contudo, o multiplicador interno da renda monetária gerada pelas exportações não seria mais desprezível, o que determinaria tanto o estímulo a novas atividades no mercado interno quanto a tendência ao desequilíbrio externo, uma vez que parte do aumento da renda interna, e não apenas a renda dos exportadores, seria atendida por importações.

Nesse sentido, a Primeira República seria um momento privilegiado para a formação de novos setores, dentre eles, inclusive, uma emergente indústria de bens de consumo, assim como de novos grupos de pressão que influenciariam a gestão da política econômica. Esse momento de diversificação das estrutura produtivas regionais e de maior integração do mercado interno foi, sem dúvida, um dos temas cujos pesquisadores mais investigariam, estabelecendo um diálogo a partir das proposições presentes em *Formação econômica do Brasil.*

É preciso lembrar que tanto Roberto Simonsen em *Evolução Industrial* como Caio Prado Jr. em *História Econômica do Brasil*, mais de uma década antes da publicação da obra seminal de Furtado, já tinham apontado elementos centrais para o que posteriormente se consagrou como o debate acerca da emergência industrial brasileira. Os autores, nesse sentido, indicavam que as condições para o crescimento da indústria nacional eram mais favoráveis nos momentos de crise da economia de exportação, tendo a Primeira Guerra Mundial como período ilustrativo. Especialmente

[18] Ao pensar o caso concreto da economia mineira, contudo, Furtado discute a criação de um embrião de mercado interno animado por transações monetárias, afastando-se da economia exportadora escravista "pura" que imagina para pensar as consequências dinâmicas e cambiais da introdução do trabalho assalariado. A diferença, como veremos, é que considera que o fim do impulso externo com a crise da mineração provocou, em uma economia ainda baseada no trabalho escravo, uma regressão das transações mercantis e monetárias, enquanto a crise da economia exportadora baseada no trabalho assalariado levaria à internalização do centro dinâmico e à industrialização. A questão do dinamismo do mercado interno criado a partir de Minas Gerais, como se sabe, foi tema de grandes controvérsias entre os historiadores que abordaram o período anterior ao nosso, sem que, nos parece, se negasse sua diferença estrutural em relação às transformações qualitativas e quantitativas que emergiram da crise na década de 1930.

Roberto Simonsen, por meio dos dados do Censo de 1920, apontava na direção de que a crise internacional proporcionada pela Primeira Grande Guerra teria tido repercussões importantes em termos de avanços na estrutura industrial brasileira. Furtado, por sua vez, enfatizou o impulso à diversificação produtiva gerado pelo crescimento do setor exportador baseado no trabalho assalariado, sem negar que a quebra da capacidade de importar estimulasse, ciclicamente, a substituição de importações por produção interna em ramos já constituídos. Diante de tal problemática, ao longo dos anos de 1960 e 1970, um amplo grupo de estudos buscou compreender quais teriam sido os determinantes que estimularam o processo de industrialização brasileira: teria sido a expansão industrial resultado dos períodos de expansão das exportações de café, ou dos eventos denominados "choques adversos", como a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão?[19]

No que diz respeito ao segundo tema, o da socialização das perdas, a dimensão da política econômica é enfatizada considerando a inserção de um país periférico na ordem do comércio internacional e do conflito político entre grupos de interesses diversos. Na primeira década republicana, conforme Furtado, a tendência da desvalorização da moeda nacional, intensificou-se por conta da grande expansão da moeda e do crédito propiciada pela reforma monetária de 1888 e do interesse dos grupos exportadores que buscavam se defender das perdas de receita seus produtos no mercado internacional por meio da desvalorização da moeda nacional. A diversificação de interesses e a reação dos prejudicados com a desvalorização cambial, contudo, impediria que os exportadores reinassem incontestes sobre a política econômica, e cambial em particular, a partir de 1898, com a negociação do *Funding Loan* da dívida pública externa e a austeridade monetária e fiscal interessada na apreciação cambial, com grandes prejuízos aos exportadores.[20]

---

[19] Para o debate da emergência da indústria brasileira conferir as sínteses de Suzigan (1986) e Saes (1989).

[20] Nas palavras de Furtado (FEB, cap. 29): "A partir de 1898 a política de Murtinho reflete um novo equilíbrio de forças... Os interesses diretamente ligados à depreciação externa da moeda – grupos exportadores – terão a partir desta época enfrentar a resistência organizada de outros grupos. Entre estes se destacam a classe média urbana – empregados do governo, civis e militares, e do comércio -, os assalariados urbanos e rurais, os produtores agrícolas ligados ao mercado interno, as empresas estrangeiras que exploram serviços públicos, das quais nem todas têm garantia de juros. Os nascentes grupos industriais, mais interessados em aumentar a capacidade produtiva (portanto nos preços dos equipamentos importados) que em proteção adicional, também se sentem prejudicados com a depreciação cambial". Embora registrasse a pressão das empresas estrangeiras e dos bancos internacionais para a apreciação cambial, Furtado não aprofundou a discussão do tema tanto quanto outros historiadores clássicos mais ligados ao marxismo, como Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré. Para uma discussão

Ao considerarmos os artigos publicados na revista *História Econômica & História de Empresas* – principal periódico especializado em história econômica publicado no Brasil – notamos que certas temáticas estão fortemente relacionadas a determinados período e tipos de enfoque. No que concerne ao período da Primeira República, saltam aos olhos os estudos que analisam o crédito e a formação de riqueza de famílias e indivíduos. Tais estudos sobre o crédito apresentam, em sua maioria, enfoques regionais em virtude da escassa nacionalização do mercado financeiro no período, o que se reflete nos tipos de fontes primárias mais comumente utilizados pelos pesquisadores que trabalham com essa temática, tais como inventários, hipotecas e depósitos bancários. Como exemplo, podemos citar os trabalhos a respeito do comércio ambulante praticado por judeus no Rio de Janeiro entre o final do século XIX e a primeira metade do XX, de Fábio Sá Earp e Fania Fridman (2003), e do crédito hipotecário na praça de Belém do Pará em pleno auge da economia da borracha (1870-1899), dos pesquisadores Leonardo de Lima Leandro, Renato Marcondes e Fábio Carlos da Silva (2015). Esses estudos têm permitido compreender mais detalhadamente a estrutura de financiamento das economias, tanto da economia cafeeira paulista, como de outras dinâmicas regionais, em que o crédito se dava muitas vezes fora do circuito bancário tradicional ao se realizar por meio de hipotecas, empréstimos pessoais entre outros mecanismos.[21]

A questão da composição e alocação de riqueza, a partir do exame de inventários *post mortem*, tem sido tratada por outro conjunto de pesquisadores. Recentemente, Luciana Lopes (2016) examinou tal questão no município de Ribeirão Preto, em São Paulo, entre 1889 e 1900, enquanto Fernando Abrahão (2016) se dedicou ao caso de Campinas a partir de uma perspectiva de mais longo prazo, de 1870 a 1940. Em ambos os casos, é possível identificar um padrão comum da forma de distribuição e alocação de riqueza como consequência dos efeitos gerados pelo desenvolvimento da cafeicultura em São Paulo. Outro município paulista que também foi objeto de investigação é Franca, caso estudado por Lélio Oliveira (2015) através de uma pesquisa que avalia a

---

da questão, ver Flávio Saes (1977), itens 2.4, 3.3 e 4.3, e (1983), cap.5; Saes & Szmrecsányi (1985); e Bastos (2007 e 2008).

[21] Para alguns exemplos de estruturas diversificadas de financiamento, conferir: Renato Marcondes "Quem eram os credores? Hipotecários, depositantes e capitalistas paulistanos" (Vitória, 2015), Rodrigo Fontanari "Um banqueiro do café: a trajetória empresarial do Coronel Christiano Osório de Oliveira" (Vitória, 2015) e Teresa Cristina de Novaes Marques "Títulos ao portador e investimento empresarial nas primeiras republicanas décadas" (Vitória, 2015).

evolução das transações imobiliárias no setor rural frente ao incremento da cafeicultura de exportação, da pecuária e da produção de alimentos para o mercado interno no município entre 1890 e 1920. Em comum, os estudos baseados em documentação cartorial trazem a lume uma riqueza de detalhes que não estavam presentes nas sínteses dos autores pioneiros. A estrutura fundiária revelada por essa documentação mostra uma produção mais diversificada e complexa do que daquela transparece nos trabalhos clássicos, denotando certas especificidades próprias de cada localidade que só podem ser apontadas por meio de trabalhos de caráter monográfico.[22]

As abordagens regionais também são frequentes entre os artigos que debatem a problemática da mão de obra no decorrer da Primeira República. Exemplos nesse sentido são os trabalhos assinados por Denise Monteiro e Cláudia Tessari e publicados na revista HE&HE. Contrariando as teses clássicas, Monteiro (2005), em estudo sobre a província do Rio Grande do Norte, observa que no semiárido nordestino havia a preponderância do trabalho de indígenas e homens livres, pobres e mestiços em relação ao trabalho escravo já desde o último quartel do século XVIII. Tessari (2011), por sua vez, amplia a discussão sobre regimes de trabalho na cafeicultura do Oeste paulista entre 1890 e 1915, ao chamar a atenção para a importância do trabalho temporário que, associado ao colonato, consistiu em uma estratégia bem-sucedida adotada pelos cafeicultores para driblarem a escassez de mão de obra durante os períodos de colheita, quando a demanda por trabalhadores aumentava significativamente.

Há também estudos que discutem a temática das políticas agrícolas, embora se tratem de análises voltadas para o Brasil, isto é, de enfoque nacional. É o caso do artigo de Sônia Mendonça (2013) que, a partir de uma perspectiva gramsciana, revela o protagonismo das entidades patronais agroindustriais na definição do que a autora considera ser os "grandes eixos" da política agrícola executada pelo Ministério da Agricultura no decorrer do período de 1909 a 1945.

O enfoque regional também foi adotado pelos artigos publicados na HE&HE que versam sobre a introdução e o desenvolvimento dos setores de serviços públicos, uma vez que não havia uma rede nacional integrada de energia ou transporte no período, ainda quando algumas empresas estivessem presentes em diferentes mercados. Um dos

[22] Nesse sentido, parece emblemático o título do trabalho de Rosane Carvalho Messias Monteiro: "Diversificação econômica das fazendas mistas no interior do Oeste Paulista: produção voltada para o mercado interno e externo, 1889-1920" (Caxambu, 2003). Trabalhando com a região de Araraquara e São Carlos, cidades tipicamente produtoras de café, a autora demonstra como as fazendas mantinham parte de suas terras para uma produção de abastecimento também.

exemplos é o trabalho de Cláudia Hansen e Alexandre Saes (2007) sobre a concessão de serviços públicos no Brasil, em particular as disputas, e os seus desdobramentos políticos nas Câmaras Municipais, entre as empresas Light (de capital canadense) e CBEE (de capital nacional) em torno do direito pelo fornecimento de energia elétrica nos dois principais polos industriais do país no início do século XX (Rio de Janeiro e São Paulo). Outros tipos de serviços também foram analisados segundo perspectivas regionais, como é o caso do artigo de Paulo Cimó Queiroz (2004) que examina a relevância, em termos de articulação com o sistema ferroviário paulista, do comércio realizado por meio da navegação fluvial na porção sul-matogrossense do Alto Paraná.

Levando-se em conta o tema da indústria, ou do próprio fenômeno da industrialização, nos quadros da Primeira República, notamos também a presença tanto de enfoques nacionais, como é o caso do artigo sobre tarifas de importação e grau de proteção ao mercado doméstico do Brasil, de André Villela (2000), quanto regionais, a exemplo do trabalho de Maria Teresa de Oliveira (1998) que aponta, em contraste com as interpretações de parte da historiografia, para uma diminuta vinculação dos efeitos do movimento especulativo dos anos do Encilhamento sobre o aumento do investimento na indústria têxtil de Minas Gerais. Outro aporte regional relacionado ao tema da industrialização encontra-se no trabalho de Milena Oliveira (2014) sobre o consumo na São Paulo da *belle époque*, concebido como um processo de diferenciação, inclusão e exclusão das classes sociais e suas frações.[23]

Os temas da emergência industrial e da implementação dos serviços públicos, conforme apresentados nos eventos da ABPHE, possuem a preocupação comum de analisar as características das dinâmicas econômicas regionais. Se o modelo furtadiano acerca da diversificação da economia na Primeira República pode ser identificado com as transformações da economia cafeeira paulista, tal perspectiva tornou-se ainda mais influente com a publicação dos trabalhos de Sérgio Silva (1979), Liana Aureliano (1981), João Manuel Cardoso de Mello (1982) e Wilson Cano (1983) . Especialmente o trabalho de Cano, que propõe um modelo de análise pautado pelos chamados complexos regionais, foi relativamente bem aceito pelos historiadores econômicos em virtude da proposição de uma metodologia capaz de explicar o maior ou menor desenvolvimento

[23] As pesquisas voltadas para compreender a origem das primeiras indústrias no país, até mesmo em cidades especificas, também estiveram presente nos encontros da ABPHE. São exemplos de estudos preocupados tanto com especificidades locais como com setores industriais, os trabalhos de: Agnaldo de Sousa Barbosa "Empresário e capital na indústria do calçado de Franca - SP (1920-2000)" (Caxambu, 2003) e Fabio Ricci "Origens e desenvolvimento da indústria têxtil no Vale do Paraíba paulista" (Caxambu, 2003).

do mercado interno de determinadas regiões. A partir da análise da estrutura produtiva agrícola e dos estímulos para a diversificação da economia, seria possível, portanto, compreender a constituição de indústrias e dos serviços públicos urbanos. Se é possível identificar um grupo de trabalhos, alguns deles produzidos sob orientação do próprio Cano, que reproduziram esse modelo para análise de outras regiões,[24] podemos dizer também que nas últimas décadas outro grupo de pesquisadores tem procurado questionar tal modelo de complexo regional, ao identificar outras especificidades do desenvolvimento local.[25]

O aspecto que enlaça grande parte das abordagens presentes nos artigos acima mencionados da HE&HE tem relação direta, como já dissemos, com algumas das principais questões investigativas lançadas, pela primeira vez de maneira mais sistematizada, em *Formação econômica do Brasil*. Furtado, assim como Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré, considerava a resistência do modo de produção escravista um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da economia brasileira ou, para usar uma expressão do próprio Furtado, à superação do seu caráter subdesenvolvido. Nesse sistema produtivo destinado, fundamentalmente, à exportação de produtos primários, parcela importante do excedente era apropriado por casas comerciais, bancos e empresas de serviços públicos que canalizavam parte considerável dos seus ganhos no exterior (na forma de importações e/ou transferências de juros, lucros e dividendos), e por proprietários de terras e escravos, também excessivamente dependentes da importação de bens de consumo e de capital.

Por outro lado, a emergência do trabalho livre e assalariado, em paralelo ao processo de industrialização e de desenvolvimento do mercado interno, seriam os

---

[24] Como exemplo, podemos citar: Lima (1977) e Lanna (1988).

[25] Dois casos sobre estudos de complexos regionais, mas que negam a dinâmica proposta por Wilson Cano, são os de: Anderson Pires, "Complexo cafeeiro e estrutura financeira: uma observação sobre a economia da Zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)" (Conservatória, 2005); e Alcides Goularti Filho, "Formação econômica de Santa Catarina" (Caxambu, 2003). Monica Ribeiro de Oliveira, por sua vez, se propôs a comparar três complexos regionais no artigo "Formação de núcleos exportadores cafeeiros: modelos paulista, fluminense e mineiro" (São Paulo, 2001); enquanto Rogério Faleiros & Neide Vargas resgatam o próprio conceito de complexo regional no título do trabalho, "A formação econômica do Espírito Santo: complexo cafeeiro, elites e extraterritorialidade na periferia agroexportadora" (Curitiba, 2011). Para pesquisas sobre o setor de serviços públicos, mas que dialogam com a ideia de complexos regionais, podemos citar: Paulo Roberto Cimó Queiroz, "A Navegação na bacia do Paraná e a integração do antigo Sul de Mato Grosso ao mercado nacional" (Caxambu, 2003); Dilma Andrade de Paula, "Ferrovia e Cidade: os trilhos do progresso em Uberlândia" (Conservatória, 2005); Marcel Pereira da Silva "Para abastecer e exportar: as estradas de ferro no sul de minas gerais (1884-1910)" (HE&HE, vol.16, 1, 2013); e Hamilton Afonso de Oliveira, "A estrada de ferro e sua influência no consumo da região sul de Goiás, 1870-1930" (Curitiba, 2011).

elementos essenciais de um processo que levaria, décadas depois, ao chamado "deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira".

Período entre 1930-1964: Estado e política econômica em debate

A década de 1930 inaugurou um período de profundas transformações econômicas e sociais no Brasil. Se a crise econômica internacional criaria instabilidade na estrutura produtiva brasileira, baseada até então na exportação de produtos primários, com destaque para o café, internamente a ascensão de Getúlio Vargas ao poder permitiu a formulação gradual de um novo projeto de país, que acelerou tanto o processo de urbanização como o de industrialização. Os efeitos prolongados da Grande Depressão no comércio e na produção internacional aprofundaram a diversificação da economia brasileira, que por já ter avançado na década de 1920 (como nas pequenas indústrias do cimento e do aço), propiciou que as atividades voltadas para o mercado interno, especialmente aquelas relacionadas à produção industrial, assumissem novo peso na composição do produto nacional.

A estrutura do Estado, herdada da Primeira República, descentralizada e liberal, mostrou-se incompatível com o projeto que foi desenhado ao longo dos anos 1930. O caminho aberto com a Revolução de 1930 marcou num movimento de crescente centralização, burocratização e racionalização, tanto do Estado como das atividades produtivas. A lista de instituições criadas pelo governo Vargas é longa e muito explica essa dimensão da nova característica do Estado que passava a atuar na coordenação de políticas econômicas. Conforme Octavio Ianni (1971, p.23), ainda no governo Provisório, pode-se elencar as seguintes instituições ou legislações com tais características: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930); Conselho Nacional do Café, Instituto do Cacau da Bahia (1931); Ministério da Educação e Saúde Pública (1932); Departamento Nacional do Café, Instituto do Açúcar e do Álcool (1933); Conselho Federal do Comércio Exterior, Instituto Nacional de Estatística, Código de Minas, Código de Águas, Plano Geral de Viação Nacional, Instituto de Biologia Animal (1934).

Possivelmente a síntese desse processo de construção do novo perfil do Estado brasileiro possa ser ilustrada pelo DASP, o Departamento Administrativo do Serviço Público, de 1938. Órgão subordinado à Presidência da República, o DASP criou critérios de mérito para o ingresso no serviço público, racionalizando a administração pública, assim como foi responsável por dois planos voltados ao desenvolvimento

econômico de grande escopo: o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional (1939/43) e o Plano de Obras e Equipamentos (1944/48). Se a ênfase do primeiro plano era a criação de indústrias de base no País, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Fábrica Nacional de Motores, a do segundo plano se concentraria no desenvolvimento da infraestrutura, em especial, o transporte ferroviário.

O processo de centralização, aprofundado com o Estado Novo, acelerou-se com o conflito bélico mundial. Vargas criaria nova instituição, em 1942, por meio do Ministério da Fazenda e de sua Comissão de Pesquisa e Estudos, a Coordenação de Mobilização Econômica. Era o auge do planejamento no período, com a mobilização dos recursos econômicos existentes no País em tempos de guerra, que novamente impunha a redução das exportações de produtos primários, como o café, e ampliava o custo para importação de produtos básicos para a economia como carvão, petróleo, máquinas e equipamentos. Era praticamente um superministério, com funções econômicas, financeiras, tecnológicas e de coordenação de todo o Estado, colocando na ordem do dia o debate sobre economia, sobre os caminhos para o desenvolvimento econômico (IANNI, 1971, p.50-1; e DRAIBE, 1985).

Em suma, o novo aparato estatal, o desenvolvimento industrial, o crescimento das classes médias urbanas, entre outras transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas a partir de 1930 serviram de estímulos para a constituição de novos temas de pesquisa da área de história econômica.

Nesse sentido, quando nos deparamos com os trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiros da ABPHE ou publicados na revista *História Econômica & História de Empresas* é notória a mudança temática e de perfil dos estudos voltados para o período entre 1930 e 1964. Temas como o papel do Estado na economia, a condução da política econômica dos governos e sua relação com o processo de industrialização e, ainda, a discussão em torno dos projetos políticos e de desenvolvimento, passam a ser priorizados. Assim, como no caso dos trabalhos que abordam o período da Primeira República, é possível encontrar o germe das controvérsias historiográficas sobre o período pós-1930 entre os estudos dos pioneiros da história econômica, em especial e novamente, na obra de Celso Furtado.

É conhecida a tese de Furtado, em *Formação Econômica do Brasil*, sobre o deslocamento do centro dinâmico a partir da crise internacional de 1929. Segundo o autor, os efeitos imediatos da crise internacional no Brasil foram tanto a redução das exportações de café para seus mercados tradicionais como a crise cambial que encerrava

a fase da conversibilidade da moeda brasileira, em decorrência da quebra da Caixa de Estabilização provocada pela fuga de ouro do País. Resultado desse novo contexto, a moeda brasileira, ao romper com a conversibilidade, seguia numa fase de desvalorização que gerava o encarecimento das importações, responsáveis por uma das principais receitas do governo. Associado ao movimento de perda da arrecadação do imposto de importação, a queda das exportações de café também reforçava a tendência de crise fiscal, neste caso indiretamente, por conta do impacto negativo provocado na renda dos setores internos.

Entretanto, apesar dos indicadores negativos, o novo cenário econômico, ao provocar a desvalorização do mil-réis e consequentemente o encarecimento dos produtos importados, gerava um efeito protecionista para os produtores nacionais. Adicionalmente, a política anticíclica do governo Vargas, mediante os esquemas de valorização do café, ao gerar a elevação do gasto público para financiamento da produção e destruição dos estoques, acabou por sustentar o nível de renda da economia brasileira. Esses dois fatores associados promoveram o chamado "deslocamento do centro dinâmico", isto é, deram o estímulo necessário para que os investimentos se voltassem para a demanda do mercado interno, em detrimento da prioridade dada anteriormente ao setor externo (FURTADO, 1976, cap.30-2).

Semelhantemente ao que ocorre com o "paradigma pradiano"[26], o arcabouço interpretativo de Furtado já deu provas de robustez frente ao crivo negativo de algumas tentativas revisionistas. Pois, como bem observou Luiz Felipe de Alencastro (2009, p. 36, nota 33), alguns dos críticos que apontaram para a fragilidade dos dados e cálculos quantitativos feitos por Furtado são, na maioria das vezes, autores que "não têm a mais pálida ideia de como trabalham os historiadores ou que desconhecem a historiografia brasileira anterior a *Formação econômica*." [27]

---

[26] Tal paradigma se refere à ideia do "sentido da colonização" que, grosso modo, trata-se da caracterização feita por Prado Jr. da estrutura, finalidade e funcionamento da economia colonial, baseada no trinômio grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. Para um aprofundamento a esse respeito, ver a seguinte coletânea de textos: Pires e Costa (2000).

[27] Uma das críticas mais conhecidas é a de Carlos Peláez (1972) à visão de Furtado acerca dos efeitos gerados sobre a demanda interna brasileira como consequência dos programas governamentais de valorização do café em resposta à situação criada pela quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, e que foi aprofundada com a Grande Depressão dos anos 1930. De acordo com Flávio Saes (2013, p. 15), Peláez procurou refutar o argumento de Furtado segundo o qual a política de defesa do café tivera como fundamento a expansão do crédito, contrariando o caráter "keynesiano" dessa política do governo. Ademais, Peláez buscou sustentar que a recuperação da economia brasileira durante a década de 1930 se dera fundamentalmente pelo aumento das exportações de outros gêneros agrícolas, principalmente de algodão. Ver também Fonseca (2003) e Bastos (2008) sobre a controvérsia a respeito da recuperação e o papel da política econômica e das reformas institucionais na década de 1930.

Em contrapartida, críticas e revisões acerca do quadro explicativo proposto por Furtado costumam ser aceitas quando pautadas por questões mais pontuais, ao se inserirem entre aqueles trabalhos considerados monográficos. Se, por exemplo, a reorientação do centro dinâmico e a importância da política anticíclica são pouco questionáveis, o argumento de que o impacto anticíclico era desconhecido na época é bem menos pautado em evidências.

De certo modo, o diagnóstico de Furtado era orientado por um projeto de desenvolvimento. Criticar a política econômica como espontânea e relativamente inconsciente era o primeiro passo para propor uma industrialização planejada e plenamente consciente. Nesse sentido, sua interpretação em *Formação Econômica do Brasil* apontava para a construção de outra política de desenvolvimento econômico, que negaria a teoria das vantagens comparativas, aceitando o protecionismo como política econômica e aumentando o grau de racionalidade e planejamento da intervenção estatal (SAES, 2009, p.184).

Furtado, desta forma, incorporava alguns dos elementos centrais das teses da CEPAL, ainda que seu livro trouxesse argumentos bastante originais para pensar o Brasil, tais como a dinâmica da economia colonial e do papel da mão de obra escrava no século XIX. De toda maneira, o autor trabalhou com o secretário geral da CEPAL, Raúl Prebisch, e participou do movimento que pensou o problema do subdesenvolvimento latino-americano, atribuindo ao processo de industrialização condição decisiva para a superação do atraso regional.[28]

Como defende Ricardo Bielschowsky (1988), foi em torno do desenvolvimentismo que se construiu o debate econômico brasileiro entre as décadas de 1930 e 1960. Não por outra razão, esse debate acabou por orientar parte dos temas e

[28] Como se sabe, Furtado considerava que a superação do subdesenvolvimento não dependia apenas da industrialização em si, mas de um padrão tecnológico definido autonomamente, orientado para o atendimento das necessidades da população historicamente excluída dos frutos do progresso técnico e adaptado à "dotação de fatores" local, ou seja, que não fosse intensivo em capital e sim em trabalho. Se a escolha da tecnologia mimetizasse as técnicas produtivas usadas nos países centrais para produzir bens de consumo duráveis acessíveis apenas a uma minoria nas periferias, a heterogeneidade característica do subdesenvolvimento seria preservada, à medida que uma parcela significativa da população continuaria alheia aos frutos do progresso técnico. Isto acabaria levando à estagnação que marcaria a inviabilidade do desenvolvimento e da própria industrialização, por conta da carência de mercados gerada pelo subconsumo das massas. O esquema analítico de Furtado foi criticado por autores influenciados por Marx, Keynes e Kalecki que questionaram, primeiro, o uso da função de produção neoclássica para entender a distribuição de renda e a estrutura de emprego e, segundo, a hipótese de inexistência de encadeamentos dinâmicos por causa da concentração da renda e do padrão tecnológico: ver Maria da Conceição Tavares e José Serra (1970), Francisco de Oliveira (1972), Maria da Conceição Tavares (1975 e 1978), João Manuel Cardoso de Mello (1975; 1982) e Maria da Conceição Tavares & Paulo Renato de Souza (1981).

problemas que seriam investigados pelos historiadores econômicos nas décadas seguintes. De certo modo, os estudos mostraram que, à época que Furtado publicou *Formação Econômica do Brasil,* a profundidade da intervenção estatal era maior do que ele supunha, embora menor do que ele propunha: *FEB* também era produto do tempo histórico que queria apreender e direcionar.

Entre aqueles que fizeram parte da primeira geração de historiadores econômicos da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, listados como sócios-fundadores, há os que elaboraram trabalhos que dialogam diretamente com essas questões lançadas a partir de *Formação Econômica do Brasil.* Vale lembrarmos que para muitos desses autores, suas linhas de pesquisas ou obras publicadas, são anteriores à própria fundação da ABPHE, embora os eventos da associação e a publicação semestral de HE&HE tenham se tornado espaços privilegiados para a disseminação de suas teses entre seus pares.

Para o período pós-1930, uma relevante contribuição presente entre as pesquisas dos sócios-fundadores foi aquela dedicada à compreensão do projeto de desenvolvimento existente nos governos pós-1930. Tal perspectiva diferenciou-se do debate sobre a industrialização brasileira, que buscou compreender os condicionantes que estimularam o desenvolvimento industrial, tais como a flutuação cambial, os períodos de auge exportador, as políticas tarifárias, etc. Para os trabalhos que olharam para os projetos de governo, como os do governo de Vargas (mas também de seus sucessores), a questão central era avaliar as tensões entre os grupos sociais e a construção da política econômica do Estado. As teses de Pedro Cezar Dutra Fonseca e de Francisco Corsi, respectivamente, *Vargas: capitalismo em construção* e *Estado Novo: política externa e projeto nacional* são exemplares nesse sentido.[29] Enquanto Pedro Fonseca reconstrói a trajetória de Vargas, definindo os caminhos tomados pelo personagem no sentido de construir uma política de desenvolvimento nacional, Corsi aprofunda sua análise para o período do Estado Novo, avaliando o teor nacionalista e o caráter contraditório do governo autoritário de Vargas, com seu alinhamento com os Estados Unidos. O estudo do governo Dutra, por sua vez, foi realizado por Fausto Saretta, cuja tese defendida em 1990, teve seus resultados apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica e publicados como artigo, posteriormente, na

[29] Há também o artigo publicado posteriormente por Pedro Fonseca (2003), sobre a intencionalidade da política industrializante de Vargas, em que o autor explora fundamentalmente uma proposição de Furtado para compreender a política econômica adotada entre 1930 e 1945.

coletânea *História Econômica do Brasil Contemporâneo*, editada pela ABPHE em 1997.

Esse tipo de leitura sobre a economia brasileira tornou-se dominante dentro da ABPHE. Ao longo dos congressos brasileiros de história econômica a preocupação com a análise da política econômica de determinados governos, dentro do quadro de apreciação dos projetos nacionais, foi persistente. Em 2003, no V Congresso Brasileiro realizado em Caxambu, Francisco de Oliveira debateu em sua conferência a temática "Qual o projeto nacional?". O tema voltou em 2005, no VI Congresso de Conservatória, com a conferência de Ricardo Bielschowsky sobre desenvolvimentismo e na mesa-redonda "Vargas e a Industrialização", com a participação de Pedro Cezar Dutra Fonseca (UFRGS), Maria Antonieta Leopoldi (UFF) e Marly Motta (FGV-RJ). Em Curitiba, 2011. No IX Congresso, o tema da mesa-redonda foi "Celso Furtado e o Plano Trienal", com a presença de Pedro Paulo Zahluth Bastos (Unicamp), Pedro Cezar Dutra Fonseca (UFRGS) e Rosa Freire d'Aguiar Furtado (Arquivos Celso Furtado). Finalmente, no evento de Vitória, realizado em 2015, a preocupação foi retomada com a mesa-redonda "Dimensões da industrialização brasileira: Política, Setores, Regiões", composta por Fábio Antônio de Campos (IE/Unicamp), Ednilson Silva Felipe (UFES) e, mais uma vez, Pedro Cezar Dutra Fonseca (UFRGS).

Um olhar atento sobre os artigos publicados na revista HE&HE que abordam o período a partir de 1930 nos revela algumas características interessantes. Francisco Corsi (1999; 2013) e Pedro Paulo Bastos (2004; 2015) são os pesquisadores que mais se debruçaram sobre a política econômica e o caráter do projeto de desenvolvimento dos dois governos varguistas (1930-45 e 1951-54) e da gestão de Eurico Gaspar Dutra (1946-51). Para Bastos, por exemplo, a crise cambial, que marcou o início da década de 1950, comprometeu a estrutura de financiamento dos investimentos privados em insumos produtivos e bens de capital, baseada na oferta de crédito público e câmbio barato, ao mesmo tempo em que as tentativas do governo de manter seu projeto desenvolvimentista, por meio da obtenção de empréstimos externos, "esbarrava em contradições incontornáveis entre os objetivos de política externa do Brasil e dos Estados Unidos" (BASTOS, 2015, p. 384).

Nesse sentido, o tema "Estado e política econômica" presente nos artigos sobre o primeiro governo Vargas, assim como sobre os governos democráticos seguintes, é tomado tanto por meio de uma análise mais minuciosa dos instrumentos de política

econômica,[30] como também por uma leitura mais geral sobre o sentido do projeto de desenvolvimento conduzido pelos governos.[31] Além de fontes oficiais do governo, as pesquisas para essa temática encontraram nos discursos dos principais personagens, ou nas publicações de grupos classistas, instrumentos valiosos para problematizar a bibliografia sobre o tema. Ainda mais recentemente, fontes diplomáticas, que trazem informações importantes sobre as assimetrias das relações econômicas entre Brasil e as economias centrais, têm auxiliado os pesquisadores no sentido de superar a dicotomia "erros e acertos da política econômica" dentro do espectro das condições ou constrangimentos internacionais.[32]

A propósito, o tema da industrialização recebeu aportes importantes de Wilson Suzigan que publicou, no ano de 2000, o artigo "Industrialização brasileira em perspectiva histórica" e, em 2002, o artigo "Expansão do mercado interno e evolução institucional no processo de industrialização: uma análise comparativa Brasil-Estados Unidos", em coautoria com Newton Bueno. Neste último artigo, os autores sugerem que uma melhoria da distribuição de renda gerada por um setor exportador dinâmico continua sendo, mesmo para o caso de uma economia mais industrializada como a do Brasil do pós-1930, uma condição necessária, mas não suficiente, para se elevar o nível de desenvolvimento econômico do país (BUENO e SUZIGAN, 2002). Aliás, exercícios comparativos também foram realizados para alguns casos regionais do País, como no artigo de Eliana Terci (2009), intitulado "Industrialização e seus impactos na urbanização do interior paulista: uma análise comparada de Americana, Piracicaba e Santa Bárbara d'Oeste". Nele, a autora conclui que se produziu um cenário comum aos três municípios paulistas de segregação socioespacial, que fora o resultado do vigoroso

---

[30] Cf.: Fausto Saretta "Uma análise do programa de estabilização monetária de 1958" (Conservatória, 2005) e "A Política Econômica no período 1954/1955: algumas notas" (Caxambu, 2003); Pedro Paulo Zahluth Bastos "O presidente desiludido: pêndulo de política econômica no governo Dutra (1946-1951)" (Caxambu, 2003); e Hildete Pereira de Melo, Carlos Pinkusfeld Bastos e Victor Leonardo de Araújo, "Um governo sitiado: a política econômica do governo Jango" (Conservatória, 2005).

[31] André Carraro e Pedro Cezar Dutra Fonseca. "O desenvolvimento econômico no primeiro governo de Vargas (1930-1945)" (Caxambu, 2003); Pedro Paulo Zahluth Bastos "De bom vizinho a aliado fiel: comentários sobre o alinhamento econômico e político do Brasil à política externa estadunidense nos primórdios da Guerra Fria" (Conservatória 2005) e "Desenvolvimentismo, restrição externa e política econômica no segundo governo Vargas (1951-1954)" (Juiz de Fora, 2013).

[32] A perspectiva dicotômica é perceptível na introdução de *A ordem do progresso*, em que a análise da trajetória da economia na obra se dá pela "avaliação dos erros e acertos na condução da política econômica" (ABREU, 1989, introdução). Para autores que se valem de fontes internacionais, cf.: Pedro Paulo Z. Bastos, "A diplomacia do dólar: origens bárbaras da boa vizinhança, 1898-1933" (Aracajú, 2007); Felipe Pereira Loureiro, "A última chance: o governo Kennedy e o Plano Trienal" (Curitiba, 2011); e Fábio Antonio de Campos, "Instrução 113 da SUMOC e a Internacionalização do Capitalismo Brasileiro" (Juiz de Fora, 2013).

crescimento econômico do período de 1950-70, durante o qual muitas cidades se modernizaram na esteira dos propósitos presentes no II PND (TERCI, 2009, p. 61-62).

Perspectivas regionais se sobressaem quando o tema é a provisão de serviços públicos no período em tela. Alcides Goularti Filho (2007) se dedicou ao estudo das vicissitudes do percurso histórico do porto de Laguna, em Santa Catarina, dentre elas a sua transformação de porto carvoeiro em porto pesqueiro, ao passo que Fábio dos Santos (2013) examinou as (des)continuidades na captação e no abastecimento de água da cidade de São Paulo, ao revelar a existência de um padrão histórico de execução de grandes obras, que não foram capazes de atacar a contento o real problema da questão hídrica do município, a saber, o de uma gestão combinada das diversas possibilidades de uso da água em conformidade com a urgência do tratamento de resíduos (SANTOS 2013, p. 33). Mais recentemente, no entanto, Guilherme Grandi (2016) propôs uma abordagem de abrangência nacional na qual se discute os efeitos da política pública de transporte, entre 1945 e 1960, sobre o agregado das estradas de ferro brasileiras, numa análise que articula o conceito de desenvolvimento econômico com melhorias no setor de transportes.

O desenvolvimento da agroindústria também foi alvo de instigantes pesquisas, cujos resultados aparecem nos artigos publicados na HE&HE. O setor mais amplamente estudado foi o sucroalcooleiro que, sob o olhar rigoroso de Pedro Ramos e Tamás Szmrecsányi (2002), foi esmiuçado em relação à trajetória histórica percorrida pelos grupos empresariais que atuaram no setor no estado de São Paulo. Carlos Gabriel Guimarães (2012) é outro pesquisador que examinou a questão no decorrer do primeiro governo Vargas, embora com especial atenção para a implantação da indústria do álcool-motor no contexto da criação do Instituto do Açúcar e do Álcool, em 1933, como forma encontrada pelo governo de vencer a resistência dos usineiros à intensificação da intervenção do poder estatal na produção dos derivados da cana-de-açúcar.

O período do primeiro Vargas também foi investigado com respeito à política de colonização. Para Júlio Costa (2014), se, por um lado, a história da colonização do norte do estado do Paraná configura um exemplo de colonização promovida pela iniciativa privada, por outro, as trajetórias colonizadoras do sudoeste paulista, do Vale do Ribeira, bem como os planos de integração de parte dos territórios goiano e mato-grossense, são casos os quais se observa a atuação do Estado por meio da política oficial de colonização.

Outros temas representativos da área de Brasil República e que se situam temporalmente entre os anos de 1940 e 1960 são aqueles relacionadas à questão do trabalho. Heloisa Cardoso (2004), que discutiu política salarial e condições de vida dos trabalhadores em Minas Gerais no correr dos anos 1950, e Felipe Loureiro (2010), que investigou a forma como trabalhadores e empresários reagiram às propostas contidas no Plano Trienal de 1963, são dois exemplos nesse sentido que aparecem publicados na revista da ABPHE. A propósito, Loureiro (2010, p. 139) sugere que o fracasso da implementação do Plano Trienal não deve ser atribuído apenas à imperícia técnica da burocracia estatal ou à paralisia decisória do governo frente ao conflito de classes que se exacerbara naquela conjuntura do primeiro triênio da década de 1960. Mais importante, segundo o pesquisador, foram as sucessivas greves por reajustes salariais encabeçadas pelos sindicatos, aliadas à atitude do empresariado de pressionar o governo por maiores facilidades de crédito; uma situação crítica evidenciada por um agudo conflito distributivo que minou qualquer possibilidade de execução de uma política econômica de estabilização dos preços.

O que difere os artigos discutidos no período entre 1930 e 1964 em comparação ao período da Primeira República é, certamente, a dimensão e o papel que o Estado brasileiro assume a partir de 1930. Para a Primeira República, a discussão sobre a emergência da indústria nacional, da formação dos serviços públicos, etc., está intimamente associada à análise dos complexos regionais e da dinâmica diversificadora da economia, isto é, das condições materiais criadas pelas economias regionais. Após 1930, tanto em função da centralização política como da formação de inúmeras instituições governamentais voltadas ao atendimento dos mais diversos setores econômicos, torna-se difícil discutir alguma temática em particular sem, contudo, se buscar uma forma de equacionar, ao longo da análise ensejada, o papel desempenhado pelo governo sobre a trajetória de cada indústria, cada política, cada serviço público e sobre as diferentes relações entre as classes sociais. O Estado é o mediador da relação capital-trabalho; intervém nos setores por meio de legislações, agências reguladoras ou mesmo assume a provisão de certos serviços; e, ademais, formula a política que pode estimular o desenvolvimento industrial. Por tudo isso, ainda que existam análises regionais para compreender as especificidades da atuação de estados e municípios, os trabalhos que abordam o período pós-1930 estão, diferentemente das análises destinadas ao período da Primeira República, alicerçados por um olhar acerca do novo Estado nacional.

Nesse sentido, o estudo sobre as possibilidades históricas de construção de um projeto de desenvolvimento nacional torna-se não somente verossímil como decisivo para avaliar a condução da política econômica de cada governo. Tendo como pano de fundo o debate econômico em torno do ideal desenvolvimentista e, no campo mais pragmático, o enredo em *loop* da política de substituição de importações, é de suma relevância compreender tanto as disputas entre os grupos políticos nacionais, como também os cenários e as restrições que advém dos contextos e do jogo diplomático internacional. O que os trabalhos apresentados nos encontros da ABPHE têm demonstrado, portanto, é que seus autores recorrem à história não como objeto de ilustração e de avaliação de acertos e erros da política econômica, mas sim como processos dinâmicos que ao se materializarem revelam os desafios do desenvolvimento nacional de um país periférico como o Brasil.

Considerações finais

Este capítulo procurou identificar algumas das principais tendências presentes entre os trabalhos da área de Brasil República apresentados nos Congresso Brasileiros de História Econômica e os publicados na revista *História Econômica e História de Empresas* ao longo da história da ABPHE. A área é uma das maiores em números de estudos que aparecem nas atividades regulares promovidas pela associação e sua tendência é de contínuo crescimento, conforme os temas contemporâneos são tragados pelas pesquisas de história econômica.

A pesquisa realizada com os artigos dos Congressos e da revista HE&HE mostra uma significativa concentração dos estudos em dois períodos de análise: Primeira República (1889-1930) e o período entre 1930 e 1964. Por outro lado, quando avaliamos do ponto de vista temático, os principais assuntos pesquisados são "Política Econômica e Estado", assim como "Indústria e Agricultura".

Em 2005, Flávio Saes concluiu sua palestra sobre a trajetória das pesquisas de História Econômica no Brasil, no Congresso realizado em Conservatória-RJ, ressaltando os avanços na produção de conhecimento, nos métodos e nas fontes de pesquisa, mas externando uma sensação de que algo importante tinha se perdido nas últimas décadas.[33] Comparando a produção contemporânea com aquela realizada pelos pioneiros em meados do século XX, eram inegáveis os avanços da pesquisa histórica,

[33] Algo aproximado ao que foi apresentado na palestra de Flávio Saes pode ser encontrado em: Saes (2013).

que, teria conseguido aprofundar determinados temas e problemas revelando cenários possivelmente pouco imaginados outrora. Todavia, o problema da especialização não foi apenas o de perder a síntese, mas o sentido dela, isto é, a relação necessária entre o estudo do passado e a avaliação dos problemas do presente.

Passados mais de dez anos daquela palestra, acreditamos que o cenário não tenha se alterado consideravelmente. Conforme buscamos demonstrar neste capítulo, a ABPHE foi palco da divulgação de resultados relevantes de pesquisa que têm conseguido desvendar as mais variadas tonalidades da história econômica brasileira. A dimensão do trabalho já não vive mais a simples dicotomia entre trabalho livre/imigrante e trabalho escravo; a estrutura de crédito mostrou-se muito mais complexa, permeada pelos mais variados atores; as economias regionais possuem dinâmicas que não necessariamente respondem à lógica café-indústria como observado no caso paulista, etc. O que ainda nos resta como dúvida é saber se efetivamente conseguimos superar os dilemas lançados pelos autores pioneiros; se as respostas do presente foram suficientes para atacarmos a contento os problemas nacionais recorrentes; se os ganhos científicos representam os avanços econômicos e sociais conforme almejado no passado.

Nesse sentido, se há um papel que a ABPHE pode desempenhar para o futuro da história econômica nos próximos anos é, sem dúvida alguma, o de auxiliar no agrupamento desse amplo conhecimento consolidado nos 25 anos de existência da instituição. Os eventos e as publicações da ABPHE devem, nesse sentido, estimular o confronto de novas perspectivas com paradigmas já há tempos estabelecidos, para que o campo da história econômica no Brasil possa enveredar tanto por um caminho renovado como incidindo novas luzes sobre as principais temáticas de interesse dos pesquisadores. As novas evidências empíricas, resultantes de estudos monográficos constituídos com questões de pesquisa profundamente delimitadas, podem se valer desse espaço de difusão do conhecimento promovido pela associação, para construir o caminho de volta para as análises mais gerais, para a compreensão daquilo que é efetivamente regular ou específico nos eventos históricos. Assim, cada estudo particular pode não somente estabelecer um diálogo puramente acadêmico com outros resultados de pesquisas como também, e por que não, pode pensar sobre as grandes questões da sociedade contemporânea. Como a lição que nos foi deixada pelos autores clássicos e por suas sínteses interpretativas sobre a sociedade brasileira, a história econômica ainda pode contribuir com a compreensão da realidade, projetando alternativas para o futuro.

Referências bibliográficas

ABRAHÃO, Fernando. A composição da riqueza em Campinas, 1870-1940. *História econômica & história de empresas*. vol. XIX (2), 2016, pp. 295-317.

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso*. Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. "Introdução", in Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Edição comemorativa dos 50 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARANTES, Paulo. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. ARANTES, Paulo; ARANTES, Otília. *Sentido da formação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

AURELIANO, L. (1981) No limiar da industrialização. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BASTOS, Pedro Paulo Z. O presidente desiludido: a campanha liberal e o pêndulo de política econômica no governo Dutra (1942-1948). *História econômica & história de empresas*. vol. VII (1), 2004, pp. 99-135.

BASTOS, Pedro Paulo Z. Centro e Periferia no Padrão Ouro-Libra: Celso Furtado Subestimou a Dinâmica da Dependência Financeira? Revista Economia (Selecta Especial do XXXV Encontro Nacional de Economia - ANPEC), vol. 8, n.4, dezembro de 2007.

BASTOS, Pedro Paulo Z. Ortodoxia e Heterodoxia Antes e Durante a Era Vargas: Contribuições para uma Economia Política da Gestão Macroeconômica nos Anos 1930. Revista Economia (Selecta Especial do XXXVI Encontro Nacional de Economia - ANPEC), vol. 9, n.4, dezembro de 2008.

BASTOS, Pedro Paulo Z. Desenvolvimentismo, restrição externa e política econômica no segundo governo Vargas (1951-1954). *História econômica & história de empresas*. vol. XVIII (2), 2015, pp. 355-387.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1988.

BUENO, Newton Paulo e SUZIGAN, Wilson. Expansão do mercado interno e evolução institucional no processo de industrialização: uma análise comparativa Brasil-Estados Unidos. *História econômica & história de empresas*. vol. V (1), 2002, pp. 41-58.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Escola uspiana de História. *Estudos avançados*. 1994, vol.8 (22), pp.349-358

CANABRAVA, Alice. Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira. In: *Seminário de Estudos Brasileiros*. São Paulo, 1972. Anais... São Paulo: IEB/USP, 1972. v. 2, pp. 4-9.

CANABRAVA, Alice. *A indústria do açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas do Mar das Antilhas, 1697-175*5. 2. ed. São Paulo, IPE/FIPE, 1981.

CANABRAVA, Alice. *Algodão em São Paulo, 1861-1875*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

CÂNDIDO, Antônio. O significado de Raízes do Brasil. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz. 1983.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. A política salarial e os trabalhadores em Minas Gerais nos anos 50. *História Econômica & História de Empresas*. Vol.7 (2), 2004, p.113-131.

CORSI, Francisco Luiz. O projeto de desenvolvimento de Vargas, a missão Osvaldo Aranha e os rumos da economia brasileira. *História econômica & história de empresas*. vol. II (1), 1999, pp. 35-68.

CORSI, Francisco Luiz. Inflação e crescimento econômico: uma análise da política de Vargas ao final do Estado Novo. *História econômica & história de empresas*. vol. XVI (2), 2013, pp. 347-381.

COSTA, Júlio Cezar Zorzenon. Colonização privada e oficial no primeiro governo Vargas: integração do mercado e desenvolvimento econômico. *História Econômica & História de Empresas*, vol. XVII (1), 2014, pp.115-146.

DRAIBE, S. M. (1980) *Rumos e Metamorfoses* - Estado e Industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985.

EARP, Fábio e FRIDMAN, Fania. Crédito e cartões. Os ambulantes judeus no Rio de Janeiro. *História econômica & história de empresas*. vol. VI (2), 2003, pp. 57-73.

FONTANA, Josep L. (1982). Historia: Análisis del pasado y proyecto social. Barcelona: Editorial Crítica.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. *Revista de Economia Política*, v.23, n.1(89), 2003, p.133-48.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. [1959]. 14. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

GOULARTI FILHO, Alcides. A lenta trajetória da construção do porto de Laguna. *História econômica & história de empresas.* vol. X (1), 2007, pp. 83-116.

GRANDI, Guilherme. Transportes e desenvolvimento econômico no Brasil de 1945 a 1960. *História econômica & história de empresas.* vol. XIX (2), 2016, pp. 377-401.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O Instituto do Açúcar e do Álcool e a indústria do álcool-motor no primeiro governo Vargas (1930-1945). *História econômica & história de empresas.* vol. XV (1), 2012, pp. 135-168.

HANSEN, Cláudia e SAES, Alexandre. Poder municipal e as concessões de serviços públicos no Brasil no início do século XX. *História econômica & história de empresas.* vol. X (1), 2007, pp. 49-81.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil, 1930-70.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

LANNA, Ana Lúcia. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

LEANDRO, Leonardo; MARCONDES, Renato; SILVA, Fábio. Crédito hipotecário na expansão e auge da economia da borracha: características da praça de Belém do Pará (1870-1899). *História econômica & história de empresas.* vol. XVIII (1), 2015, pp. 153-189.

LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920).* Dissertação de Mestrado – Unicamp – Campinas, 1977.

LOPES, Luciana. A economia e a alocação de riqueza bruta em Ribeirão Preto, 1889-1900. *História econômica & história de empresas.* vol. XIX (1), 2016, pp. 59-94.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Uma difícil conciliação: empresários e trabalhadores no contexto do plano trienal. *História econômica & história de empresas.* vol. XIII (2), 2010, pp.109-143.

MELLO, João Manuel C. de. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENDONÇA, Sônia. Políticas agrícolas e patronato agroindustrial no Brasil (1909-1945). *História econômica & história de empresas.* vol. XVI (1), 2013, pp. 73-100.

MONTEIRO, Denise. Formação do mercado de trabalho no Nordeste: escravos e trabalhadores livres no Rio Grande do Norte. *História econômica & história de empresas.* vol. VIII (2), 2005, pp. 25-59.

OLIVEIRA, Francisco de. (1972). *A economia brasileira: Crítica da razão dualista.* Petrópolis: Vozes, 1984.

OLIVEIRA, Lélio. A cafeicultura, a economia de abastecimento e as transações imobiliárias no setor rural – município de Franca (SP), 1890-1920. *História econômica & história de empresas.* vol. XVIII (1), 2015, pp. 191-213.

OLIVEIRA, Maria Teresa Ribeiro de. Encilhamento: controvérsias e efeitos sobre a indústria têxtil mineira. *História econômica & história de empresas.* vol. I, 1998, pp. 65-87.

OLIVEIRA, Milena. Cultura de consumo e indústria na São Paulo da Belle Époque (1890-1915). *História econômica & história de empresas.* vol. XVII (1), 2014, pp. 177-208.

PIRES, Júlio e COSTA, Iraci (orgs.). *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas.* São Paulo: EDUC, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A formação do Brasil contemporâneo: colônia*. [1942]. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil.* [1945]. 12.ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

QUEIROZ, Paulo. A navegação na bacia do Paraná e a integração do antigo sul de Mato Grosso ao mercado nacional. *História econômica & história de empresas.* vol. VII (1), 2004, pp. 165-197.

RAMOS, Pedro e SZMRECSÁNYI, Tamás. Evolução histórica dos grupos empresariais da agroindústria canavieira paulista. *História econômica & história de empresas.* vol. V (1), 2002, pp. 85-115.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. *História Econômica & História de Empresas*, vol. II (2), jul. 1999, pp. 7-40.

SAES, Flávio. (1977) *As ferrovias de São Paulo (1870-1940).* São Paulo: HUCITEC; [Brasilia]: INL, 1981.

SAES, Flávio. (1983) *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SAES, Flávio. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. *Estudos avançados*. São Paulo: vol.3 (7), 1989, pp.20-39.

SAES, Flávio. "Aspectos da obra de Nelson Werneck Sodré (1911-1999)." *História Econômica & História de Empresas* 2.1 (1999): 155-63.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. A historiografia econômica brasileira: dos pioneiros às tendências recentes da pesquisa em história econômica do Brasil. *Revista Territórios e Fronteiras*. Vol.2 (1), 2009, pp.182-204.

SAES, Flávio. Os rumos das pesquisas sobre história econômica do Brasil. *Leituras de economia política*. Campinas: (21), 2013, pp. 3-34.

SAES, Flávio & SZMRECSÁNYI, Tamás (1985) "O capital estrangeiro no Brasil: 1880 - 1930" in: *Estudos Econômicos*, v.15, nº 2, mar/ag. 1985.

SANTOS, Fábio Alexandre. Captação e abastecimento de água na São Paulo de ontem e de hoje: continuidades e descontinuidades. *História econômica & história de empresas*. vol. XVI (1), 2013, pp. 9-38.

SARETTA, Fausto. O Governo Dutra na Transição Capitalista no Brasil. SZMRECSANYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson. (Org.). *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Hucitec/ABPHE, 1997, p. 99-117.

SILVA, Marcel Pereira da. Para abastecer e exportar: as estradas de ferro no sul de Minas Gerais (1884-1910). *História Econômica & História de Empresas*. vol. XVI (1), 2013, pp. 39-72.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega,1979.

SILVA, Sérgio & Suzigan, Wilson (orgs.). "Apresentação". *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Imprensa Oficial, 2002.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. [1937]. 6. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. [1939] São Paulo: Cia Editora Nacional e Editora da USP, 1973. (Organizado por Edgard Carone).

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. *Nova Economia*. Belo Horizonte, 14 (1), p.11-37, janeiro-abril de 2004.

SZMERCSÁNYI, Tamás & SUZIGAN, Wilson (orgs.). "Apresentação". *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Imprensa Oficial, 2002.

TAVARES, M. C. & Serra, J. (1970) "Além da estagnação". TAVARES, M.C. (1972). *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.* Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TAVARES, M. C. (1975) *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil.* Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

TAVARES, M.C. (1978) *Ciclo e crise:* o movimento recente da industrialização brasileira. Ed. da UNICAMP, 1998.

TAVARES, M. C. & SOUZA, P.R. (1981) "Emprego e salários na indústria: o caso brasileiro". In: Revista de Economia Política 1(1), pp. 3-29, jan./mar. 1981.

TERCI, Eliana. Industrialização e seus impactos na urbanização do interior paulista: uma análise comparada de Americana, Piracicaba e Santa Bárbara d'Oeste. *História econômica & história de empresas.* vol. XII (1), 2000, pp. 33-69.

TESSARI, Cláudia. Sazonalidade e trabalho temporário na empresa cafeeira (Oeste Paulista, 1890-1915). *História econômica & história de empresas.* vol. XIV (2), 2011, pp. 105-143.

VILLELA, André. Tarifas de importação e câmbio na gênese da indústria brasileira, 1901-1928. *História econômica & história de empresas.* vol. III (2), 2000, pp. 27-46.

ANEXO I. Artigos de Brasil República publicados na revista *história econômica & história de empresas*: 1998-2016.

Ano	Total de artigos	Artigos de Brasil República	Percentagem de Brasil República
1998. 2º Semestre	6	2	33%
1999. 1º Semestre	7	3	42%
2º Semestre	6	2	33%
2000. 1º Semestre	5	1	20%
2º Semestre	7	3	42%
2001. 1º Semestre	5	4	80%
2º Semestre	5	1	20%
2002. 1º Semestre	6	2	33%

2º Semestre	6	2	33%
2003. 1º Semestre	6	4	33%
2º Semestre	6	1	16%
2004. 1º Semestre	6	3	50%
2º Semestre	6	1	16%
2005. 1º Semestre	6	3	50%
2º Semestre	6	2	33%
2006. 1º Semestre	6	2	33%
2º Semestre	6	0	0%
2007. 1º Semestre	5	4	80%
2º Semestre	4	2	50%
2008. 1º Semestre	5	2	40%
2º Semestre	10	0	0%
2009. 1º Semestre	5	3	60%
2º Semestre	3	1	33%
2010. 1º Semestre	6	2	33%
2º Semestre	6	2	33%
2011. 1º Semestre	5	0	0%
2º Semestre	5	3	60%
2012. 1º Semestre	5	2	40%
2º Semestre	6	2	33%
2013. 1º Semestre	4	3	75%
2º Semestre	6	2	33%
2014. 1º Semestre	9	4	44%
2º Semestre	9	4	44%
2015. 1º Semestre	7	2	28%
2º Semestre	9	2	22%
2016. 1º Semestre	8	4	50%
2º Semestre	8	4	50%
Totais gerais	**226**	**84**	**38%**

Períodos	
Primeira República	39
1930-1964	17
Ditadura Militar	3
Contemporâneo	2
Século XX	15
Trajetória de empresas	8

Temas	
Mercado de trabalho	11
Indústria	14
História de Empresas	11
Serviços	14
Política econômica	15
Agroindústria	10
Estado	5
Outros	4